

O IMPACTO DO EMPREENDEDORISMO PELO DESENVOLVIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR

THE IMPACT OF ENTREPRENEURSHIP ON THE DEVELOPMENT OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: AN INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE

Sérgio Ricardo Pereira Accioly¹

Eric David Cohen²

Marielza Santos do Nascimento³

Taina Teixeira Cavalcante de Lima⁴

Antonio Estanislau de Oliveira Neto⁵

Resumo: Este estudo analisa o papel do empreendedorismo na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerando suas dimensões econômicas, sociais e institucionais. Parte-se da premissa de que o empreendedorismo, especialmente em sua vertente social, pode atuar como mecanismo de geração de renda, inclusão produtiva e inovação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de fontes institucionais, como relatórios do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) e do SEBRAE. Os resultados indicam que o empreendedorismo contribui para a promoção dos ODS em múltiplas dimensões, sobretudo na

1 Doutorando em Administração - Unicamp

2 Doutorado em Administração de Empresas – FGV/SP

3 Doutora em Ciências Contábeis e Administração - Fucape Business School

4 Doutora em Sociedade, Tecnologia e Políticas Públicas – Unit AL

5 Especialista em Liderança e Gestão Pública em Saúde - Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein

geração de oportunidades econômicas e na mitigação de desigualdades. Contudo, evidenciam que essa contribuição é condicionada por fatores estruturais, como ambiente institucional, políticas públicas e características regionais, sendo limitada pela predominância do empreendedorismo por necessidade em contextos como o brasileiro. Como contribuição teórica, o estudo propõe uma abordagem integrada que articula empreendedorismo, políticas públicas e sustentabilidade, ampliando a compreensão do fenômeno a partir de uma perspectiva sistêmica. Conclui-se que o empreendedorismo possui potencial relevante para a promoção dos ODS, mas sua efetividade depende da construção de ecossistemas favoráveis e da articulação entre diferentes atores sociais.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Desenvolvimento sustentável; ODS; Políticas públicas; Empreendedorismo social.

Abstract: This study analyzes the role of entrepreneurship in promoting the Sustainable Development Goals (SDGs), considering its economic, social, and institutional dimensions. It is based on the premise that entrepreneurship, particularly social entrepreneurship, can act as a mechanism for income generation, social inclusion, and innovation, contributing to sustainable development. Methodologically, the research adopts a qualitative and exploratory approach, based on a literature review and documentary analysis of institutional sources, such as reports from the Global Entrepreneurship Monitor (GEM) and SEBRAE. The findings indicate that entrepreneurship contributes to the promotion of the SDGs across multiple dimensions, particularly in creating economic opportunities and reducing inequalities. However, the results also show that this contribution is conditioned by structural factors, such as institutional environment, public policies, and regional characteristics, and is limited by the predominance of necessity-driven entrepreneurship in contexts such as Brazil. As a theoretical contribution, the study proposes an integrated approach that articulates entrepreneurship, public policies, and sustainability, advancing the understanding of the phenomenon from a systemic perspective. It concludes that entrepreneurship has significant potential to support the

SDGs, but its effectiveness depends on the development of supportive ecosystems and the articulation among different social actors.

Keywords: Entrepreneurship; Sustainable development; SDGs; Public policy; Social entrepreneurship.

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo tem sido amplamente reconhecido como um dos principais motores do desenvolvimento econômico e social, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais e limitações institucionais. Conforme argumenta Joseph Schumpeter (1934), o empreendedor desempenha um papel central ao introduzir inovações, promover transformações produtivas e dinamizar a economia por meio da criação de novos negócios e modelos organizacionais. Nesse sentido, o empreendedorismo não se restringe à geração de lucro, mas configura-se como um processo dinâmico capaz de reconfigurar estruturas sociais e produtivas.

No entanto, transformações recentes no cenário global têm ampliado o escopo do empreendedorismo, deslocando-o de uma lógica estritamente econômica para uma perspectiva mais abrangente, que incorpora dimensões sociais e ambientais. Nesse contexto, emerge o conceito de empreendedorismo social, cuja finalidade central consiste na criação de soluções inovadoras para problemas historicamente negligenciados pelo Estado e pelo mercado (YUNUS, 2007). Diferentemente do empreendedorismo tradicional, essa abordagem prioriza a geração de valor social, ainda que utilize mecanismos de mercado para viabilizar suas ações.

Paralelamente, a agenda global de desenvolvimento sustentável, consolidada a partir da formulação dos Organização das Nações Unidas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabeleceu um conjunto de metas voltadas à erradicação da pobreza, redução das desigualdades e preservação ambiental até o ano de 2030. Esses objetivos refletem a necessidade de articulação entre crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental, demandando a atuação conjunta

de governos, organizações e sociedade civil.

Nesse cenário, o empreendedorismo passa a assumir um papel estratégico na implementação dos ODS, ao atuar como agente de transformação capaz de gerar impacto social positivo, promover inclusão produtiva e desenvolver soluções inovadoras para desafios complexos. Estudos recentes indicam que iniciativas empreendedoras, especialmente aquelas de caráter social, contribuem significativamente para a geração de renda, a criação de empregos e o fortalecimento de comunidades vulneráveis (GOMES; ALVES; FERNANDES, 2013; SEBRAE, 2021).

No contexto brasileiro, entretanto, essa potencialidade convive com desafios estruturais relevantes. Dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) apontam oscilações significativas na taxa de empreendedorismo, influenciadas por fatores como crises econômicas, desemprego e limitações institucionais. Além disso, regiões como o Nordeste, e particularmente o estado de Alagoas, apresentam elevados índices de pobreza, desigualdade e informalidade, evidenciando a necessidade de estratégias que articulem desenvolvimento econômico e inclusão social.

Diante desse cenário, o empreendedorismo, especialmente em sua vertente social, emerge como uma alternativa relevante para a promoção do desenvolvimento sustentável, ao possibilitar a criação de iniciativas que combinam geração de renda, inovação e impacto social. Contudo, apesar de seu potencial, ainda existem lacunas na compreensão sobre como o empreendedorismo efetivamente contribui para a implementação dos ODS, especialmente em contextos locais marcados por vulnerabilidades socioeconômicas.

Assim, a presente pesquisa é orientada pela seguinte questão: qual o impacto do empreendedorismo na promoção e no desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? A partir dessa problemática, o objetivo geral do estudo consiste em analisar o papel do empreendedorismo como instrumento de promoção dos ODS, considerando suas contribuições para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Como objetivos específicos, busca-se: (i) compreender as diferentes abordagens do empreendedorismo e sua relação com a sustentabilidade; (ii) analisar o papel do empreendedorismo

social na mitigação de problemas socioeconômicos; e (iii) discutir a contribuição das iniciativas empreendedoras para o alcance dos ODS no contexto brasileiro.

A relevância deste estudo reside na necessidade de aprofundar o debate sobre o papel do empreendedorismo como agente de transformação social, especialmente em contextos marcados por desigualdades e limitações institucionais. Ao articular empreendedorismo e sustentabilidade, o artigo contribui para a construção de uma perspectiva interdisciplinar, capaz de integrar dimensões econômicas, sociais e ambientais no desenvolvimento de estratégias voltadas ao alcance dos ODS.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do papel do empreendedorismo na promoção do desenvolvimento sustentável exige uma abordagem teórica que integre diferentes campos do conhecimento, incluindo economia, administração, políticas públicas e estudos sociais. Nesse sentido, o referencial teórico deste estudo fundamenta-se na articulação entre três eixos centrais: o empreendedorismo como motor de desenvolvimento socioeconômico, o empreendedorismo social como mecanismo de geração de valor coletivo e a agenda global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como diretriz para a construção de modelos mais inclusivos e sustentáveis.

Partindo da perspectiva clássica do empreendedorismo como agente de transformação econômica (SCHUMPETER, 1934), a análise avança para abordagens contemporâneas que reconhecem sua dimensão social e sua capacidade de enfrentar desafios estruturais, especialmente em contextos marcados por desigualdades. Nesse cenário, o empreendedorismo social emerge como uma alternativa relevante, ao propor soluções inovadoras para problemas públicos historicamente negligenciados, articulando eficiência econômica e impacto social (YUNUS, 2007).

Além disso, a incorporação da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecida pela Organização das Nações Unidas, amplia a compreensão do empreendedorismo ao situá-lo como instrumento estratégico para a promoção do desenvolvimento sustentável. Essa

perspectiva reforça a necessidade de analisar não apenas os resultados econômicos das iniciativas empreendedoras, mas também suas contribuições para a inclusão social, a redução das desigualdades e a sustentabilidade ambiental.

Dessa forma, o referencial teórico busca estabelecer uma base analítica capaz de sustentar a discussão proposta neste artigo, articulando diferentes abordagens e evidenciando as relações entre empreendedorismo, políticas públicas e desenvolvimento sustentável. Ao integrar esses elementos, pretende-se oferecer uma compreensão mais abrangente do fenômeno, destacando suas potencialidades e limitações no contexto brasileiro.

Empreendedorismo e desenvolvimento socioeconômico

O empreendedorismo é amplamente reconhecido na literatura como um dos principais vetores de transformação econômica e social, desempenhando papel estratégico na geração de inovação, dinamização de mercados e criação de oportunidades de trabalho e renda. A concepção clássica proposta por Joseph Schumpeter (1934) define o empreendedor como o agente responsável por promover a “destruição criativa”, isto é, o processo pelo qual novas combinações de recursos substituem estruturas produtivas obsoletas, impulsionando o desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, o empreendedorismo não apenas acompanha o crescimento econômico, mas atua como força motriz de sua transformação.

Entretanto, a evolução do debate acadêmico tem ampliado significativamente essa compreensão, incorporando dimensões sociais, institucionais e territoriais ao fenômeno empreendedor. Estudos contemporâneos apontam que o empreendedorismo deve ser entendido como um processo multifacetado, influenciado por fatores estruturais como ambiente institucional, capital social, acesso a recursos e contexto cultural (GOMES; ALVES; FERNANDES, 2013). Essa abordagem permite compreender que o desempenho empreendedor não depende exclusivamente de características individuais, mas está profundamente condicionado pelas condições socioeconômicas nas quais se

insere.

Nesse sentido, o empreendedorismo assume papel relevante na promoção do desenvolvimento socioeconômico, especialmente em contextos caracterizados por desigualdade, informalidade e limitações de acesso ao mercado de trabalho formal. De acordo com relatórios do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), há uma relação significativa entre níveis de atividade empreendedora e geração de renda, sobretudo em economias em desenvolvimento, onde o empreendedorismo frequentemente surge como alternativa ao desemprego e à exclusão produtiva (SEBRAE, 2021).

Contudo, é necessário distinguir diferentes motivações empreendedoras. A literatura diferencia o empreendedorismo por necessidade, associado à ausência de alternativas de trabalho, e o empreendedorismo por oportunidade, caracterizado pela identificação de nichos de mercado e inovação (REYNOLDS et al., 2005). Essa distinção é particularmente relevante em países como o Brasil, onde uma parcela significativa dos empreendedores inicia suas atividades por necessidade, o que pode limitar o potencial de crescimento e inovação dos negócios.

Além disso, o empreendedorismo apresenta impactos que extrapolam a esfera econômica, contribuindo para a redução de desigualdades, o fortalecimento de economias locais e a inclusão social. Conforme argumentam Acs, Desai e Hessels (2008), o empreendedorismo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento ao gerar externalidades positivas, como difusão de conhecimento, inovação e fortalecimento de redes produtivas.

No contexto brasileiro, essa discussão ganha relevância diante das profundas desigualdades regionais e estruturais. Regiões como o Nordeste apresentam desafios históricos relacionados à concentração de renda, baixa diversificação econômica e limitações institucionais. Nesse cenário, o empreendedorismo emerge como uma alternativa relevante para a promoção do desenvolvimento local, ao possibilitar a geração de renda, a valorização de recursos endógenos e a criação de novas oportunidades econômicas.

Entretanto, a efetividade do empreendedorismo como instrumento de desenvolvimento socioeconômico depende da existência de um ambiente institucional favorável. Políticas públicas,

acesso a crédito, capacitação e infraestrutura são elementos fundamentais para o fortalecimento do ecossistema empreendedor. Conforme destacam North (1990) e Baumol (1990), a qualidade das instituições influencia diretamente o tipo de empreendedorismo que se desenvolve em uma economia, podendo estimular atividades produtivas ou, em contextos adversos, direcionar esforços para práticas informais e de baixa produtividade.

Dessa forma, o empreendedorismo deve ser compreendido não apenas como iniciativa individual, mas como fenômeno sistêmico, inserido em um conjunto de relações econômicas, sociais e institucionais. Essa perspectiva amplia a análise do empreendedorismo, permitindo reconhecê-lo como instrumento potencial de desenvolvimento socioeconômico, mas também evidenciando suas limitações em contextos marcados por desigualdades estruturais.

Assim, ao considerar o empreendedorismo como vetor de desenvolvimento, torna-se necessário adotar uma abordagem crítica, que reconheça tanto suas potencialidades quanto seus condicionantes, especialmente em economias em desenvolvimento. Essa compreensão é fundamental para analisar sua contribuição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tema central deste estudo.

Empreendedorismo social e geração de valor

A ampliação do debate sobre o papel do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconômico tem conduzido à emergência de abordagens que transcendem a lógica estritamente econômica, incorporando dimensões sociais, ambientais e institucionais. Nesse contexto, destaca-se o conceito de empreendedorismo social, que se consolida como uma vertente voltada à geração de valor coletivo por meio da criação de soluções inovadoras para problemas sociais persistentes.

O empreendedorismo social diferencia-se do modelo tradicional ao priorizar a criação de valor social em detrimento da maximização do lucro. Para Muhammad Yunus (2007), referência fundamental nesse campo, os negócios sociais são estruturados com o objetivo de resolver problemas

como pobreza, exclusão e desigualdade, utilizando mecanismos de mercado para garantir sua sustentabilidade. Nessa perspectiva, o lucro não é eliminado, mas ressignificado como meio para ampliar o impacto social das iniciativas.

Essa abordagem posiciona o empreendedor social como agente de transformação, cuja atuação ocorre na interseção entre Estado, mercado e sociedade civil. Conforme argumentam Dees (1998) e Mair e Martí (2006), o empreendedorismo social envolve a identificação de oportunidades negligenciadas pelos sistemas tradicionais e a mobilização de recursos para promover mudanças sociais sustentáveis. Assim, sua lógica de atuação está orientada não apenas pela eficiência econômica, mas pela capacidade de gerar impacto social mensurável.

Além disso, o empreendedorismo social está intrinsecamente relacionado ao conceito de inovação social, entendido como a criação de novas soluções, produtos, serviços ou modelos organizacionais, capazes de atender necessidades sociais de forma mais eficaz do que as alternativas existentes (MULGAN, 2006). Essa relação reforça o caráter transformador do empreendedorismo social, que não apenas responde a demandas existentes, mas redefine a forma como problemas sociais são enfrentados.

No contexto contemporâneo, marcado por limitações na atuação do Estado e pelas insuficiências do mercado em atender demandas sociais complexas, o empreendedorismo social emerge como alternativa relevante para a promoção do desenvolvimento inclusivo. Conforme destacam Nicholls (2010) e Zahra et al. (2009), esse modelo contribui para preencher lacunas institucionais, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, nos quais soluções tradicionais se mostram insuficientes.

No Brasil, o crescimento do empreendedorismo social está associado à intensificação de desafios sociais estruturais, como desigualdade de renda, exclusão produtiva e acesso limitado a serviços básicos. Nesse cenário, iniciativas empreendedoras têm desempenhado papel relevante na promoção da inclusão social, geração de renda e fortalecimento de comunidades locais. Entretanto, sua atuação ainda enfrenta desafios significativos, relacionados à sustentabilidade financeira,

escalabilidade das soluções e limitações do ambiente institucional (SILVA et al., 2019).

Outro aspecto relevante diz respeito à mensuração do impacto social. Diferentemente do empreendedorismo tradicional, no qual o desempenho é avaliado predominantemente por indicadores financeiros, o empreendedorismo social exige métricas capazes de capturar resultados sociais e ambientais. Conforme argumentam Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006), essa complexidade representa um dos principais desafios do campo, exigindo abordagens que integrem eficiência econômica e impacto social.

Além disso, a literatura aponta que o empreendedorismo social não deve ser idealizado como solução isolada para problemas estruturais. Sua efetividade depende da articulação com políticas públicas, redes de apoio e ambientes institucionais favoráveis. Conforme destaca Yunus (2010), a persistência de problemas como a pobreza está associada a falhas sistêmicas que exigem soluções integradas, nas quais o empreendedorismo social atua como complemento, e não substituto, das ações estatais.

Dessa forma, o empreendedorismo social deve ser compreendido como um fenômeno complexo e multifacetado, que combina inovação, impacto social e sustentabilidade econômica. Sua relevância reside na capacidade de articular diferentes dimensões do desenvolvimento, contribuindo para a construção de soluções mais inclusivas e sustentáveis.

Essa perspectiva torna-se particularmente relevante quando associada à agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que o empreendedorismo social apresenta potencial significativo para atuar na promoção de metas relacionadas à redução da pobreza, inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável. Assim, sua análise constitui elemento central para compreender o papel do empreendedorismo na construção de um modelo de desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A discussão sobre desenvolvimento sustentável tem ganhado centralidade no debate acadêmico e político nas últimas décadas, impulsionada pela crescente percepção de que os modelos tradicionais de crescimento econômico são insuficientes para lidar com desafios globais complexos, como desigualdade social, degradação ambiental e instabilidade econômica. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável emerge como uma abordagem integradora, que busca conciliar crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, conforme estabelecido no Relatório Brundtland (WCED, 1987).

A consolidação dessa agenda ocorreu com a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas em 2015, no âmbito da Agenda 2030. Os ODS consistem em um conjunto de 17 objetivos e 169 metas que orientam a ação global em direção a um modelo de desenvolvimento mais equitativo, sustentável e inclusivo. Diferentemente de agendas anteriores, os ODS adotam uma abordagem sistêmica e interdependente, reconhecendo que os desafios do desenvolvimento são multidimensionais e exigem soluções integradas.

Entre os objetivos estabelecidos, destacam-se aqueles relacionados à erradicação da pobreza (ODS 1), promoção do trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10) e incentivo à inovação e infraestrutura (ODS 9), todos diretamente relacionados ao papel do empreendedorismo no desenvolvimento socioeconômico. Essa conexão evidencia que o empreendedorismo não apenas contribui para o crescimento econômico, mas também pode atuar como instrumento estratégico para a promoção de inclusão social e geração de oportunidades.

Nesse sentido, a literatura recente tem enfatizado o papel dos diferentes atores sociais na implementação dos ODS, destacando a importância da atuação conjunta entre governos, setor privado e sociedade civil. Conforme argumentam Sachs et al. (2019), o alcance dos ODS depende de uma abordagem colaborativa e multissetorial, na qual o empreendedorismo assume papel relevante ao promover inovação, eficiência e capacidade de adaptação.

O empreendedorismo, especialmente em sua vertente social, apresenta potencial significativo para contribuir com a agenda dos ODS, ao desenvolver soluções inovadoras para problemas estruturais. Iniciativas empreendedoras podem atuar na geração de emprego, inclusão produtiva, acesso a serviços básicos e desenvolvimento sustentável de comunidades, contribuindo diretamente para o alcance de múltiplos objetivos da Agenda 2030 (FONSECA et al., 2021).

Entretanto, a implementação dos ODS enfrenta desafios relevantes, especialmente em países em desenvolvimento. No Brasil, fatores como desigualdade estrutural, limitações institucionais e fragmentação de políticas públicas dificultam a efetividade das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Conforme apontam estudos recentes, a falta de integração entre políticas públicas e iniciativas privadas representa um dos principais entraves para o avanço da agenda dos ODS no país (IPEA, 2020).

Além disso, a operacionalização dos ODS exige mecanismos de mensuração e monitoramento capazes de avaliar o progresso das metas estabelecidas. Nesse contexto, a articulação entre indicadores econômicos, sociais e ambientais torna-se fundamental para compreender os impactos das ações implementadas. No entanto, a complexidade desses indicadores representa um desafio adicional, especialmente para iniciativas empreendedoras de pequeno porte, que frequentemente carecem de recursos e capacidade técnica para mensurar seu impacto.

Outro aspecto relevante diz respeito à territorialização dos ODS. Embora a Agenda 2030 tenha caráter global, sua implementação ocorre em contextos locais, marcados por especificidades socioeconômicas e culturais. Dessa forma, a análise do papel do empreendedorismo na promoção dos ODS deve considerar as particularidades regionais, especialmente em áreas caracterizadas por vulnerabilidade social, como o estado de Alagoas.

Nesse cenário, o empreendedorismo emerge como um elemento estratégico para a adaptação dos ODS às realidades locais, ao possibilitar a criação de soluções contextualizadas e alinhadas às demandas específicas das comunidades. Essa perspectiva reforça a importância de abordagens que integrem desenvolvimento local, inovação e sustentabilidade, evidenciando o potencial do

empreendedorismo como instrumento de transformação social.

Dessa forma, a incorporação da agenda dos ODS ao debate sobre empreendedorismo amplia a compreensão do fenômeno, deslocando-o de uma perspectiva estritamente econômica para uma abordagem mais abrangente, que considera seus impactos sociais e ambientais. Essa integração constitui elemento central para a análise proposta neste estudo, ao evidenciar como o empreendedorismo pode contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Empreendedorismo, políticas públicas e desenvolvimento sustentável

A análise do papel do empreendedorismo na promoção do desenvolvimento sustentável não pode ser dissociada do contexto institucional no qual as iniciativas empreendedoras estão inseridas. Nesse sentido, as políticas públicas desempenham papel central na criação de condições favoráveis ao surgimento, consolidação e expansão de atividades empreendedoras, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas.

A literatura clássica de políticas públicas destaca que a ação do Estado é fundamental para corrigir falhas de mercado, reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento (SOUZA, 2006). No campo do empreendedorismo, essa atuação se materializa por meio de políticas de incentivo, programas de capacitação, acesso a crédito, desburocratização e apoio à inovação. Tais instrumentos são essenciais para fortalecer o ecossistema empreendedor e ampliar as oportunidades de inclusão produtiva.

Sob a perspectiva institucional, autores como Douglass North (1990) argumentam que o desempenho econômico está diretamente relacionado à qualidade das instituições, entendidas como as regras formais e informais que estruturam as interações sociais. Nesse sentido, ambientes institucionais mais estáveis e previsíveis tendem a estimular o empreendedorismo produtivo, enquanto contextos marcados por incertezas e fragilidades institucionais podem limitar seu potencial transformador.

No contexto brasileiro, a relação entre empreendedorismo e políticas públicas assume

contornos específicos, dada a presença de desigualdades estruturais e limitações institucionais. Programas voltados à inclusão produtiva e ao apoio a pequenos negócios têm buscado promover o desenvolvimento econômico e social, especialmente em regiões historicamente marginalizadas. Entretanto, a efetividade dessas políticas ainda enfrenta desafios relacionados à fragmentação das ações governamentais, à descontinuidade administrativa e à dificuldade de articulação entre diferentes níveis de governo.

Além disso, a literatura aponta que políticas públicas voltadas ao empreendedorismo devem ir além do estímulo à criação de negócios, incorporando dimensões relacionadas à sustentabilidade e ao impacto social. Nesse sentido, a integração entre políticas públicas e a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) torna-se fundamental para orientar ações que promovam não apenas crescimento econômico, mas também inclusão social e sustentabilidade ambiental.

A atuação do Estado também se revela essencial na promoção do empreendedorismo social, especialmente em contextos nos quais o mercado não consegue atender demandas sociais relevantes. Conforme argumenta Muhammad Yunus (2010), a persistência de problemas como a pobreza está associada a falhas estruturais nos sistemas econômicos e institucionais, o que exige a atuação conjunta de diferentes atores, incluindo o setor público.

Entretanto, é importante destacar que o empreendedorismo social não deve ser compreendido como substituto das políticas públicas, mas como complemento. Sua atuação pode contribuir para preencher lacunas deixadas pelo Estado, mas a responsabilidade pela promoção do bem-estar social permanece, em grande medida, sob a esfera pública. Essa perspectiva reforça a necessidade de modelos de governança colaborativa, nos quais Estado, mercado e sociedade civil atuem de forma integrada.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de territorialização das políticas públicas. Em países como o Brasil, caracterizados por profundas desigualdades regionais, a eficácia das políticas depende da sua capacidade de adaptação às especificidades locais. Nesse contexto, o empreendedorismo pode atuar como instrumento de desenvolvimento local, desde que articulado com políticas que considerem as particularidades socioeconômicas de cada região.

No caso de estados como Alagoas, onde persistem elevados índices de pobreza e desigualdade, a integração entre políticas públicas e iniciativas empreendedoras torna-se ainda mais relevante. A promoção do desenvolvimento sustentável nessas regiões exige estratégias que combinem geração de renda, inclusão social e valorização de recursos locais, evidenciando o papel do empreendedorismo como instrumento de transformação, mas também a necessidade de suporte institucional contínuo.

Dessa forma, a relação entre empreendedorismo e políticas públicas deve ser compreendida como uma dinâmica complementar e interdependente. O empreendedorismo possui potencial significativo para promover desenvolvimento socioeconômico, mas sua efetividade está condicionada à existência de políticas públicas consistentes, capazes de criar ambientes favoráveis, reduzir desigualdades e orientar as iniciativas em direção a objetivos mais amplos, como os estabelecidos pela Agenda 2030.

Assim, ao integrar empreendedorismo, políticas públicas e sustentabilidade, torna-se possível construir uma abordagem mais abrangente do desenvolvimento, reconhecendo que soluções eficazes para problemas complexos exigem articulação entre diferentes atores e instrumentos. Essa perspectiva é fundamental para compreender os limites e as potencialidades do empreendedorismo na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, eixo central deste estudo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com o objetivo de compreender o papel do empreendedorismo na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir da análise de suas dimensões econômicas, sociais e institucionais. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do fenômeno investigado, que envolve múltiplas variáveis inter-relacionadas e demanda interpretação contextualizada (DENZIN; LINCOLN, 2006).

O delineamento da pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental. A

revisão bibliográfica foi conduzida a partir de fontes acadêmicas nacionais e internacionais, incluindo livros, artigos científicos e relatórios institucionais, com foco nas áreas de empreendedorismo, empreendedorismo social, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Esse procedimento permitiu a construção do referencial teórico e a identificação das principais abordagens conceituais relacionadas ao tema.

A análise documental contemplou dados secundários provenientes de relatórios oficiais, especialmente aqueles produzidos por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) e organismos internacionais vinculados à agenda dos ODS. Esses documentos foram utilizados para contextualizar o fenômeno estudado e subsidiar a análise das relações entre empreendedorismo e desenvolvimento sustentável.

Os dados foram analisados por meio de abordagem interpretativa, orientada por categorias analíticas derivadas do referencial teórico, incluindo empreendedorismo, empreendedorismo social, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Esse procedimento permitiu estabelecer relações entre teoria e evidências empíricas, contribuindo para a compreensão do papel do empreendedorismo na promoção dos ODS.

A opção por dados secundários e análise qualitativa não representa uma limitação, mas uma estratégia metodológica adequada ao objetivo do estudo, que busca oferecer uma interpretação crítica e fundamentada do fenômeno, em vez de mensuração estatística.

Assim, a pesquisa prioriza a profundidade analítica e a articulação teórica, visando contribuir para o avanço do debate acadêmico sobre empreendedorismo e desenvolvimento sustentável.

RESULTADO E DISCUSSÕES

A análise realizada evidencia que o empreendedorismo, particularmente em sua vertente social, apresenta potencial significativo para contribuir com a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS), atuando como mecanismo de geração de renda, inclusão produtiva e inovação social. No entanto, os resultados indicam que essa contribuição não ocorre de forma automática, estando condicionada a fatores estruturais, institucionais e territoriais que influenciam a efetividade das iniciativas empreendedoras.

Em termos econômicos, observa-se que o empreendedorismo desempenha papel relevante na dinamização das economias locais, especialmente em contextos marcados por limitações do mercado formal de trabalho. Dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) indicam que, em países em desenvolvimento, a atividade empreendedora frequentemente emerge como alternativa ao desemprego, contribuindo para a geração de renda e a redução da vulnerabilidade socioeconômica. Essa evidência reforça a literatura que associa o empreendedorismo ao desenvolvimento econômico, conforme a perspectiva de Joseph Schumpeter (1934).

Contudo, a predominância do empreendedorismo por necessidade, característica recorrente no contexto brasileiro, limita o potencial transformador dessas iniciativas. Conforme discutido por Reynolds et al. (2005), empreendimentos motivados pela ausência de alternativas tendem a apresentar menor capacidade de inovação e crescimento, o que reduz seu impacto no desenvolvimento econômico de longo prazo. Nesse sentido, os resultados indicam que, embora o empreendedorismo contribua para a subsistência econômica, sua capacidade de promover desenvolvimento sustentável depende da transição para modelos baseados em oportunidade e inovação.

No que se refere à dimensão social, o empreendedorismo social se destaca como instrumento relevante para a mitigação de problemas estruturais, atuando na promoção da inclusão produtiva e no fortalecimento de comunidades vulneráveis. Iniciativas empreendedoras voltadas à geração de impacto social demonstram capacidade de contribuir diretamente para objetivos como erradicação da pobreza (ODS 1), redução das desigualdades (ODS 10) e promoção do trabalho decente (ODS 8). Essa atuação está alinhada à concepção de Muhammad Yunus (2007), que enfatiza o papel dos negócios sociais na construção de soluções sustentáveis para problemas sociais.

Entretanto, os resultados evidenciam que o impacto do empreendedorismo social é

frequentemente limitado por desafios relacionados à sustentabilidade financeira, escalabilidade das iniciativas e dificuldades de mensuração de impacto. Esses fatores indicam que, embora o empreendedorismo social apresente potencial transformador, sua efetividade depende de condições estruturais que viabilizem sua consolidação e expansão.

A análise também evidencia que a contribuição do empreendedorismo para os ODS está fortemente associada à existência de um ambiente institucional favorável. A presença de políticas públicas de apoio, acesso a crédito, capacitação e infraestrutura constitui fator determinante para o fortalecimento do ecossistema empreendedor. Conforme argumenta Douglass North (1990), a qualidade das instituições influencia diretamente o desempenho econômico, condicionando o tipo de empreendedorismo que se desenvolve em determinado contexto.

No caso brasileiro, observa-se que a fragmentação das políticas públicas e a limitação de recursos institucionais representam entraves relevantes para a efetividade das iniciativas empreendedoras. A ausência de articulação entre políticas de desenvolvimento econômico e inclusão social compromete o potencial do empreendedorismo como instrumento de promoção dos ODS, evidenciando a necessidade de abordagens integradas.

Outro aspecto relevante refere-se à territorialização das estratégias de desenvolvimento. Os resultados indicam que a contribuição do empreendedorismo para os ODS varia significativamente de acordo com o contexto regional. Em estados como Alagoas, marcados por elevados níveis de desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, o empreendedorismo assume papel relevante na geração de renda e inclusão social, mas enfrenta limitações estruturais que restringem seu impacto.

Essa evidência reforça a necessidade de políticas públicas territorializadas, capazes de considerar as especificidades locais e promover o desenvolvimento de ecossistemas empreendedores mais robustos. Nesse sentido, o empreendedorismo não deve ser analisado de forma isolada, mas como parte de um sistema mais amplo que envolve instituições, políticas públicas e dinâmicas sociais.

De forma integrada, os resultados indicam que o empreendedorismo contribui para a promoção dos ODS em três dimensões principais: (i) econômica, por meio da geração de renda e

dinamização produtiva; (ii) social, pela promoção da inclusão e redução das desigualdades; e (iii) institucional, ao estimular a inovação e a articulação entre diferentes atores. No entanto, essa contribuição é condicionada à existência de um ambiente favorável, que inclua políticas públicas consistentes, acesso a recursos e articulação entre setores.

Por fim, a análise evidencia que o empreendedorismo não pode ser compreendido como solução isolada para os desafios do desenvolvimento sustentável. Sua efetividade depende da integração com políticas públicas e da construção de modelos de governança colaborativa, capazes de articular Estado, mercado e sociedade civil. Essa perspectiva reforça a necessidade de abordagens mais sistêmicas, alinhadas à lógica dos ODS, que reconhecem a interdependência entre diferentes dimensões do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel do empreendedorismo na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerando suas dimensões econômicas, sociais e institucionais. A partir da análise desenvolvida, foi possível evidenciar que o empreendedorismo, especialmente em sua vertente social, constitui um instrumento relevante para a promoção do desenvolvimento sustentável, atuando na geração de renda, inclusão produtiva e inovação social. No entanto, sua contribuição não se manifesta de forma automática, estando condicionada a fatores estruturais que influenciam sua efetividade.

Os resultados demonstram que, embora o empreendedorismo desempenhe papel importante na dinamização econômica, sua predominância em contextos de necessidade, como observado no Brasil, limita seu potencial transformador. Essa evidência reforça a distinção proposta por Reynolds et al. (2005), segundo a qual diferentes motivações empreendedoras produzem impactos distintos no desenvolvimento econômico, sendo o empreendedorismo por oportunidade mais associado à inovação e ao crescimento sustentável.

No âmbito social, o empreendedorismo social se destaca como mecanismo relevante para a mitigação de desigualdades e promoção da inclusão. Entretanto, sua atuação ainda enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade financeira, à escalabilidade das iniciativas e à mensuração de impacto, o que limita sua capacidade de gerar transformações estruturais mais amplas. Esses achados reforçam a necessidade de compreender o empreendedorismo social não como solução isolada, mas como parte de um sistema mais amplo de promoção do desenvolvimento.

A principal contribuição teórica deste estudo reside na proposição de uma abordagem integrada que articula empreendedorismo, políticas públicas e sustentabilidade, evidenciando que o impacto do empreendedorismo na promoção dos ODS depende da interação entre essas dimensões. Essa perspectiva dialoga com abordagens institucionais que destacam o papel das estruturas formais e informais na determinação do desempenho econômico (NORTH, 1990), ampliando a compreensão do empreendedorismo para além de uma perspectiva individual.

Do ponto de vista prático, os resultados indicam que a promoção dos ODS por meio do empreendedorismo requer a construção de ambientes institucionais favoráveis, caracterizados por políticas públicas consistentes, acesso a crédito, capacitação e infraestrutura. Além disso, destaca-se a importância de estratégias territorializadas, capazes de considerar as especificidades regionais e promover o desenvolvimento de ecossistemas empreendedores mais robustos, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Adicionalmente, o estudo evidencia a necessidade de maior integração entre políticas públicas e iniciativas empreendedoras, de modo a potencializar os impactos das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Essa articulação é fundamental para superar a fragmentação institucional e ampliar a efetividade das estratégias relacionadas à Agenda 2030.

Como limitações, destaca-se a utilização de dados secundários e abordagem qualitativa, o que restringe a generalização dos resultados. Embora essa estratégia tenha permitido uma análise aprofundada do fenômeno, futuras pesquisas podem avançar na utilização de métodos quantitativos ou estudos de caso empíricos, ampliando a compreensão sobre o impacto do empreendedorismo na

promoção dos ODS em diferentes contextos.

Em conclusão, sugere-se como agenda de pesquisa futura o aprofundamento de estudos empíricos que investiguem a relação entre empreendedorismo e ODS em nível local, especialmente em regiões marcadas por desigualdades estruturais. Além disso, recomenda-se a análise de modelos de governança colaborativa que articulem Estado, mercado e sociedade civil, contribuindo para a construção de soluções mais integradas e sustentáveis.

Dessa forma, o empreendedorismo possui potencial relevante para contribuir com a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas sua efetividade depende de uma abordagem integrada, alinhada à lógica sistêmica da Agenda 2030, que reconhece a interdependência entre diferentes dimensões do desenvolvimento (SACHS et al., 2019). Essa compreensão é fundamental para orientar políticas e práticas capazes de promover um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e equitativo.

REFERÊNCIAS

ACS, Zoltan J.; DESAI, Sameeksha; HESSELS, Jolanda. Entrepreneurship, economic development and institutions. *Small Business Economics*, v. 31, n. 3, p. 219–234, 2008.

BAUMOL, William J. Entrepreneurship: productive, unproductive, and destructive. *Journal of Political Economy*, v. 98, n. 5, p. 893–921, 1990.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FONSECA, Luís Miguel; DOMINGUES, José Pedro; DINIS, Daniela. Sustainable development goals: a review of literature and future research agenda. *Sustainability*, v. 13, n. 8, p. 1–22, 2021.

GOMES, Ana Paula; ALVES, Marcos; FERNANDES, Rafael. Empreendedorismo e desenvolvimento econômico: uma análise do contexto brasileiro. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 17, n. 2, p. 203–220, 2013.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Brasília: Ipea, 2020.

MAIR, Johanna; MARTÍ, Ignasi. Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*, v. 41, n. 1, p. 36–44, 2006.

MULGAN, Geoff. The process of social innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, v. 1, n. 2, p. 145–162, 2006.

NICHOLLS, Alex. The legitimacy of social entrepreneurship: reflexive isomorphism in a pre-paradigmatic field. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 34, n. 4, p. 611–633, 2010.

NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

REYNOLDS, Paul et al. Global entrepreneurship monitor: data collection design and implementation 1998–2003. *Small Business Economics*, v. 24, n. 3, p. 205–231, 2005.

SACHS, Jeffrey D. et al. *Sustainable development report 2019*. New York: Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network, 2019.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Global Entrepreneurship Monitor (GEM): relatório executivo Brasil 2021*. Brasília: SEBRAE, 2021.

SILVA, José et al. Empreendedorismo social e inovação: desafios e perspectivas no Brasil. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v. 8, n. 3, p. 45–62, 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006.

WCED – WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

YUNUS, Muhammad. *Criando um mundo sem pobreza: o negócio social e o futuro do capitalismo*.

Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

YUNUS, Muhammad. Building social business: the new kind of capitalism that serves humanity's most pressing needs. New York: PublicAffairs, 2010.